

GUSTAVO ALMEIDA PAOLINELLI DE CASTRO

Política de segurança pública participativa e direitos fundamentais no Estado democrático de direito: a questão da legitimidade do programa Olho Vivo no município de Belo Horizonte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito, área de concentração em Direito Público. Belo Horizonte, 2007.

Esta pesquisa analisa a questão da legitimidade do programa Olho Vivo, desenvolvido no município de Belo Horizonte. À luz do paradigma jurídico do Estado democrático de Direito brasileiro, busca-se verificar qual o sentido de política pública e qual a sua relação com os direitos fundamentais na Constituição da República de 1988. Levantando questões como o panoptismo, a videovigilância, a intolerância, dentre outras, e atento à condição de miséria dos cidadãos que ocupam as áreas vigiadas pelo poder público, procura-se redefinir a noção do direito à intimidade na presente sistemática constitucional. Por derradeiro, com fulcro no princípio democrático, na moralidade pós-convencional e no discurso de justificação normativa, próprios das teorias de Jürgen Habermas e Klaus Günther, este estudo propõe, com base em diversas experiências, um projeto alternativo de segurança pública sustentável, pautado num modelo participativo e descentralizado de gestão pública.